

RAÇA E CONTROLE SOCIAL NO PENSAMENTO DE NINA RODRIGUES

*Elisa Rodrigues**

Resumo

O artigo que segue expõe o pensamento de Nina Rodrigues no que concerne ao tema raça e controle social. A partir dessa exposição que evidencia as influências sobre a reflexão de N. Rodrigues, faz-se a análise das idéias e das implicações desse pensamento para a construção da noção de cidadania.

Palavras-chave: Nina Rodrigues; Pensamento social; Antropologia; Raça; Cidadania.

RACE AND SOCIAL CONTROL IN THE NINA RODRIGUES' THOUGHT

Abstract

The article exposes Nina Rodrigues' thought concerning to the theme race and social control. From the exhibition that evidences the influences on N. Rodrigues' reflection, it is made the analysis of the ideas and implications of that thought for the construction of the citizenship notion in Brazil.

Key-words: Nina Rodrigues; Social Thought; Anthropology; Race; Citizenship.

RAZA Y CONTROL SOCIAL EN EL PENSAMIENTO DE NINA RODRIGUES

Resumen

El artículo que sigue expone el pensamiento del Nina Rodrigues con respecto al tema etnia y el control social. A contar de su exposición, que evidencia las influencias sobre la reflexión de Nina Rodrigues, hace un examen de sus ideas y implicaciones de suyo pensamiento para a construcción da noción de ciudadanía.

Palabras Clave: Nina Rodrigues; Pensamiento Social; Antropología; Etnia; Ciudadanía.

* Doutora em Ciências da Religião e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: elisa.erodrigues@gmail.com

Il serait vain d'avoir consacré tant de talent et tant d'efforts à montrer que rien, dans l'état actuel de la science, ne permet d'affirmer la supériorité ou l'infériorité intellectuelle d'une race par rapport à une autre, si c'était seulement pour restituer subrepticement sa consistance à la notion de race, en paraissant démontrer que les grandes groupes ethniques qui composent l'humanité ont apporté, en tant que tels, des contributions spécifiques au patrimoine commun.

Claude Lévi-Strauss, *Race et Histoire*

INTRODUÇÃO

Neste texto, pretendemos analisar a questão da raça e do controle social no pensamento de N. Rodrigues. O maranhense N. Rodrigues foi professor de medicina legal e fundador da Escola Científica, também conhecida por escola baiana. Dentro da discussão sobre medicina legal, N. Rodrigues se mostrou profundo conhecedor das vanguardas de sua época ao citar vários trabalhos e pesquisas em desenvolvimento na Europa, principalmente, Itália e França.

Além de médico, desenvolveu importante trabalho de etnografia. Na sua análise sobre as religiões africanas no Brasil apresentou intensa pesquisa de campo e trouxe importantes contribuições para o estudo destas religiões, especialmente, para a antropologia (CÔRREA, 1982; PEIRANO, 1991; GIUMBELLI, 1997, 2002; MONTERO, 2006). Em vários aspectos desta área do conhecimento, ele se mostrou paradigmático¹. Em seus escritos, por exemplo, privilegiou o terreiro do Gantois, em Salvador. Em função disso, mesmo que se reconheça que este terreiro não foi o mais importante do período, ele se tornou referência para o estudo das religiões afro-brasileiras e ainda hoje desfruta de notoriedade e prestígio². N. Rodrigues também foi o primeiro a se dedicar ao estudo destas religiões e mostrar profundo conhecimento de seus mitos e ritos.

Apesar da presença fundamental deste tema em sua obra, a problemática que dirigirá nossa análise do pensamento de N. Rodrigues é outra. Interessa-nos compreender em que medida a desqualificação biológica do negro e do mestiço interferiu na construção sócio-política da noção de cidadania de ambos.

¹ Falando a respeito da descriminalização de práticas mediúnicas e espíritas no Brasil, Paula Montero declara: “Como se sabe, o paradigma de Nina Rodrigues aprisionara o entendimento desse fenômeno no campo da medicina legal e lhe deu um substrato biológico” (2006, p. 56).

² Um resultado da *legitimidade* que o discurso científico, especialmente, o antropológico, conferiu às religiões de matriz africana e que de certo modo contribuiu para o chamado movimento de re-africanização dos terreiros de candomblé.

Nossa hipótese é que a obra de Rodrigues pretende o controle social, fomentado a partir de uma classificação das raças; o que implica a diferenciação de penas para criminosos, segundo suas tendências biologicamente determinadas. Neste sentido, para Rodrigues o importante seria o criminoso e não o crime. Sustentamos que sua concepção não aplicava a mesma penalidade criminal para os brancos (mais evoluídos) e para os negros (menos evoluídos).

O autor exerceu rigor ainda maior na diferenciação dos mulatos. A mistura de várias raças que gerou o mestiço foi considerada problemática, visto que a confusão de diferentes características genéticas originou seres humanos desequilibrados. Em tempo, esta posição foi bastante difundida na época. Para Euclides da Cunha, o grande problema do Brasil era a mestiçagem. Ao presenciar a revolta de Canudos, lamentou a devastação da natureza que, segundo seu juízo, fora resultado da presença dos mestiços no sertão. Euclides afirmou:

É que são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies; e se toda a sutileza dos missionários tem sido impotente para aperfeiçoar o espírito do selvagem às mais simples concepções de um estado mental superior; se não há esforços que consigam do africano, entregue à solicitude dos melhores mestres, o aproximar-se sequer do nível intelectual médio do indo-europeu – porque todo homem é antes de tudo uma interrogação de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança – como compreender-se a normalidade do tipo antropológico que aparece, de improviso, enfeixando tendências tão opostas (CUNHA, 1957, p. 98).

O texto que segue está dividido em duas partes. A primeira apresenta os referenciais teóricos utilizados por N. Rodrigues. Procuramos entender o quadro de referências constituído em seu tempo e o que subjaz a sua perspectiva discriminatória do negro e do mestiço. A segunda parte analisa a questão do controle social e da raça no pensamento de N. Rodrigues e, por fim, propomos a análise de certo excerto de seus textos, a fim de ilustrar a aplicação de seus conceitos.

NINA RODRIGUES E O SEU TEMPO

Apesar de ser mulato, N. Rodrigues assimilou idéias eurocêntricas típicas de seu tempo bem ao modo como Peter Fry propôs. Segundo ele, no Brasil as relações sociais não se constroem em si mesmas, mas a partir do lugar social que os indivíduos ocupam (FRY, 1982).

Assim, mesmo sendo mestiço, o médico N. Rodrigues não se via como tal. O seu lugar na relação social o liberou para se considerar branco, isto porque teve acesso ao pensamento europeu, bem como a contextos específicos que lhe facultaram ampla formação.

Importante notar que na passagem do século XIX para o século XX, os europeus alicerçavam na ciência a visão de que algumas raças eram mais evoluídas que outras. Neste período, houve a colonização europeia da África e da Ásia, de modo que a ciência visava legitimar a escravização e a exploração dos povos africanos considerados primitivos. Deste quadro histórico resultou a elaboração de teorias com o intuito, consciente ou inconsciente, de mostrar a inferioridade do negro e a necessidade de civilizá-lo, justificando a empreitada colonialista europeia.³ No entanto, no Brasil é preciso notar que entre os anos 1930-1940 houve um duplo movimento em relação aos negros. De um lado, a condenação, visto que eram considerados *primitivos*, do outro lado, o enaltecimento, já que contribuíam à formação da idéia de nacionalidade fornecendo elementos para uma *cultura brasileira*.⁴

Segundo Skidmore, no século XIX havia três escolas de teorias raciais: (1) Etnológico-biológica que afirmava a poligenia, ou seja, sustentava a criação das raças humanas por meio das mutações diferentes das espécies. Louis Agassiz foi o grande propagador desta idéia nos EUA. Esta escola utilizava-se da antropologia física para dar base às suas conclusões. (2) Escola histórica protagonizada pelo conde Arthur de Gobineau que em 1853 afirmou: “Os brasileiros só têm em particular uma excessiva depravação. São todos mulatos, a ralé do gênero humano, com costumes condizentes” (SCHWARCZ, 1995, p. 4). Defendia que a raça era o fator determinante na história humana. (3) Darwinismo social. Escola que mantinha certo conflito com a poligenia, afinal, Darwin defendia que todos descendiam de um único ser. Os adeptos dessa escola defendiam a superioridade da raça ariana (termo que neste período era impreciso). Tal escola teve muito impacto na intelectualidade brasileira entre o fim da escravidão e o início da I Guerra. Conforme Skidmore, “praticamente, todo pensador social brasileiro – antes de 1914 – se viu a braços com o darwinismo social” (1976, p. 70). É importante ressaltar que a adoção de pontos de

³ A esse respeito, uma importante referência é a obra de Albert Memmi em que se visualiza a relação de dominação do colonizador sobre o colonizado, justificada pela ideologia das missões cristãs-católicas entre os chamados povos primitivos, mas, principalmente, permeada pelo ímpeto de expansão territorial europeu. Cf. MEMMI, Albert. *The Colonizer and the Colonized*. Boston: Beacon Press, 1965.

⁴ Sobre o debate da construção da noção de identidade, bem como de uma nacionalidade e uma cultura tipicamente brasileira, de como foram elaboradas a partir do enaltecimento de símbolos, de práticas e de rituais associados à matriz africana, anteriormente discriminados e considerados criminosos, ver SCHWARCZ (1994).

vista de uma escola não implicava em abandonar outras tendências. Observa-se, especialmente no caso brasileiro, a sobreposição dos ensinamentos destas três tendências.

N. Rodrigues, por exemplo, utiliza como referencial teórico o evolucionismo, especialmente na linha interpretativa de Arthur de Gobineau, autor de *Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças* (1853-1855). Nesta obra, Gobineau atribuiu as diferenças sociais entre negros e brancos à inferioridade biológica do africano. Para superar esta desigualdade, o negro precisaria ser civilizado nos moldes organizacionais brancos, isto é, segundo o modelo europeu. Era preciso que os negros africanos fossem branqueados e assimilassem a cultura européia, em especial, a religião cristã. Desta forma, Gobineau justificou o neocolonialismo europeu na África do século XIX. Importante lembrar que Gobineau esteve no Brasil como diplomata. No entanto, detestou o país. Julgou-o culturalmente estagnado e um risco à saúde. Além disso, Gobineau declarou que a população brasileira estava destinada ao desaparecimento, devido à degenerescência genética. Este processo não demoraria mais do que duzentos anos (cf. Skidmore, 1976, p. 46). Estas idéias e outras noções desenvolvidas na Europa de seu tempo podem ser identificadas, entre outros, na produção de Paul Broca e Cesare Lombroso.

Em 1859, Paul Broca (1824-1880) fundou a Sociedade Antropológica de Paris. Para Broca, o tamanho do cérebro estava diretamente ligado ao grau de inteligência. Neste sentido, o cérebro era maior nos adultos do que em idosos e crianças, nos homens do que nas mulheres, nos homens eminentes do que nos medíocres, nas raças superiores do que nas inferiores.

Em 1866, afirmou numa enciclopédia:

O rosto prognático (projetado para frente), a cor de pele mais ou menos negra, o cabelo crespo e a inferioridade intelectual e social estão freqüentemente associados, enquanto a pele mais ou menos branca, o cabelo liso e o rosto ortognático (reto) constituem os atributos normais dos grupos mais elevados na escala humana. Um grupo de pele negra, cabelo crespo e rosto prognático jamais foi capaz de ascender à civilização (BROCA *apud* GOULD, 1991, p. 76).

Broca chegou a perceber que os asiáticos possuem cérebros maiores que os europeus. Diante disto, esteve a um passo de abandonar a cranologia, pois sua preocupação era demonstrar a superioridade do branco europeu. Em 1873, reconheceu que o cérebro de uma

raça inferior pode ser grande e nisto demonstrou como utilizava dados apenas para comprovar suas idéias.

Decorre dessa perspectiva que o modelo ideal de ser humano superior era: homem (mulher era inferior), branco, adulto (crianças e velhos eram degenerados), classe dominante e europeu. Broca usava medidas craniométricas como: (1) índice craniano, que classificava os seres humanos em braquicéfalos (predomínio da largura) e dolílocéfalos (predomínio da altura). (2) Medida do ângulo facial (grau de projeção anterior do rosto e da mandíbula; quanto maior anteriorização, maior inferioridade. (3) Peso do cérebro assim como a proporção entre a região anterior e a posterior (cf. GOULD, 1991, p. 84). Ainda que nem todos concordassem com tais teorias, alguns intelectuais cederam seus cérebros para pesquisas. Para surpresa do pesquisador, o peso dos cérebros de alguns homens considerados mais sábios possuía medidas inferiores ao de criminosos. Como Broca resolveu este problema? Segundo ele, tais diferenças se devem à idade da morte de quem se estava estudando. Assim, esta prova não negaria sua teoria, as diferenças foram atribuídas à diminuição de tamanho e peso de pessoas mais idosas.

Esta escola teve fundamental importância para N. Rodrigues. Ao analisar o caso do bandoleiro Lucas da Feira, o pesquisador fez toda a medição do crânio a fim de mostrar a causa biológica dos assassinatos e da violência deste negro. Por fim, concluiu: “(...) o crânio de Lucas parece à primeira vista perfeitamente normal. Tem (...) caracteres pertencentes aos crânios superiores, medidas excelentes, eguaes as da raça branca. Aliás, suas anomalias não são chocantes” (RODRIGUES, 1939, p. 157). Diante disto, N. Rodrigues procurou acrescentar a estas pequenas *anomalias* causas psicológicas que poderiam explicar a tendência criminosa de Lucas. Segundo N. Rodrigues, Lucas era um líder nato e a causa do seu desvio comportamental estava atrelada à sua capacidade intelectual, conduzindo-o ao desvio das normas sociais vigentes.

Outra influência fundamental no pensamento de N. Rodrigues foi exercida pelas idéias do médico italiano Cesare Lombroso (1836-1909).⁵ Este médico argumentava que a criminalidade era comportamento que se poderia antecipar em vista do estudo biologia e da anatomia dos indivíduos. Ele é considerado o fundador da antropologia criminal. Para

⁵ Seu trabalho foi citado por William James no livro *The Varieties of Religious Experience. A Study in Human Nature*, em que este médico discorre a respeito da experiência religiosa a partir da perspectiva da medicina psiquiátrica semelhantemente a Lombroso e Nina Rodrigues, que fazem uso da medicina para discorrer acerca de questões relacionadas ao comportamento humano e que ambos atribuem a anatomia dos indivíduos.

Lombroso haveria anomalias evidenciadas nas medidas dos crânios que configurariam certo padrão, típico dos criminosos:

(...) a freqüência em macrocéfalos de freqüentes cristas ósseas do crânio, de crânios muito alongados ou muito arredondados, e nas faces a desproporção entre as duas metades da face, lábios volumosos, boca grande, dentes mal formados com precoce caída nas formas mais graves, volta palatina assimétrica ou escondida, restrita; a campainha da garganta alongada e bífida, aumento e desigualdade das orelhas. Todas anomalias, especialmente as do crânio, que temos encontrado nos criminosos (LOMBROSO, 2007. p. 197).

Para Lombroso, era possível identificar o criminoso por sua anatomia, visto que a criminalidade está ligada à constituição biológica do ser humano. Em 1876, escreve o livro *O homem delinqüente*, dividido em duas partes. A primeira descreve o comportamento assassino na natureza, partindo do pressuposto de que a criminalidade é biológica (e não cultural). Todavia, a educação poderia significar freio à natureza. Diante a observância de casos em que crianças apresentam certos comportamentos como cólera, vingança, ciúmes, mentiras e outros, Lombroso declarou: “(...) tem-se a natural explicação de como a demência moral se originou só por falta de todo freio nos excessos desde a infância, cujos maus hábitos não interrompidos pela educação, seria como uma continuação” (2007, p. 71).

Lombroso propôs que a criminalidade é comportamento normal entre os primitivos ainda em estado de selvageria, e uma das manifestações de tal condição é o gosto por tatuagens:

Uma das características mais singulares do homem primitivo ou em estado de selvageria é a freqüência em que se sobrepõe a esta, antes cirúrgica do que estética, operação que recebeu exatamente de uma língua oceânica, o nome de tatuagem. (...) É especialmente na triste classe do homem delinqüente que a tatuagem assume caráter particular, e estranha tenacidade e difusão. (LOMBROSO, 2007, p. 30-32).

Segundo Lombroso, o cérebro dos criminosos é menor que o das pessoas normais, embora alguns criminosos possam apresentar cérebros muito grandes. Para ele, há certas características sociais que mostram a inclinação natural para o crime: (1) uso de gírias marcadas por onomatopéias, característico de crianças e (2) o gosto pela tatuagem que mostra a tendência do criminoso pela dor e ornamentação.

A singular preferência dos delinqüentes por uma operação tão dolorosa e frequentemente longa e perigosa como a da tatuagem e a grande freqüência neles de

traumas, levaram-me a suspeitar que haja neles uma sensibilidade à dor, mais abafada do que a das pessoas comuns. É o que acontece também entre os alienados (LOMBROSO, 2007, p. 47).

Ele destaca que quarenta por cento dos criminosos não são natos. Agem em função da circunstância, movidos pela ira. Desta forma, justifica os crimes dos homens brancos. Eles agem devido ao contexto, ao passo que os inferiores cometem crimes devido ao atavismo. Diante das críticas que sofreu, Lombroso acrescenta a idéia de enfermidade. Assim, além de ter na sua natureza a inclinação ao crime, o degenerado era um doente. Como consequência de sua teoria, Lombroso defendia a pena de morte. Se o criminoso tinha em sua natureza inata a tendência ao crime, não haveria recursos sociais que poderiam recuperá-lo. A pena devia se apoiar no criminoso e não no crime cometido.⁶

Após esta breve exposição dos pressupostos de Rodrigues é importante ressaltar que: mesmo afirmando a inferioridade intelectual do negro como fato científico, Rodrigues demonstrou profundo interesse pela cultura negra, deixando detalhados estudos antropológicos, realizados por meio de pesquisas entre ex-escravos remanescentes em Salvador. Procurou rastrear as origens africanas do negro brasileiro (cf. ODA, 2000). O pesquisador freqüentou cultos nos terreiros de candomblé e, por isso, sofreu preconceito da classe médica de sua época.⁷ Alguns afirmam que ele chegou a ser Ogã no terreiro do Gantois. O interesse de N. Rodrigues por estas religiões era científico.⁸ Queria comprovar a inferioridade de negro (cf. CORRÊA, 1998, p. 200).

Embora desfrutasse de certo prestígio, N. Rodrigues passou por período de relativo esquecimento. A partir da década de 30 foi redescoberto e alguns de seus textos editados pela primeira vez (cf. SILVA, 2002, p. 84). A partir do século XIX no Brasil, a discussão sobre raça teve importância fundamental, pois a discussão em todo território girava em torno da raça e da identidade nacional.⁹ Neste debate, iniciado desde 1870, o positivismo, o evolucionismo

⁶ A abordagem de Lombroso, entretanto, não foi desenvolvida sem oposição. Em 1889 Gabriel Tarde, importante cientista social cujos estudos deram-lhe notoriedade na antropologia e colaborador dos *Archives d'Anthropologie Criminelle, de Criminologie et de Psychologie Normale et Pathologique*, “sustentou violenta polemica com Cesare Lombroso” por ocasião do II Congresso Internacional de Antropologia Criminal”. Cf. TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. CosacNaify. p. 237.

⁷ Sabe-se que alguns pesquisadores assumiram posições na comunidade do candomblé, dentre eles Nina Rodrigues, Edson Carneiro, Arthur Ramos, Roger Bastide, Vivaldo da Costa Lima, Antonio Risério, Pierre Verger, todos foram Ogãs em terreiros de Salvador.

⁸ A esse respeito, ver Rodrigues (1935).

⁹ Alguns autores são: Florestan Fernandes (1972); Roberto Schwarz (1977); Peter Fry (1982); Mariza Corrêa (1988); Hermano Vianna (1994).

social e o darwinismo foram importantes correntes para a construção das teorias da relação raça e identidade nacional. Como lembrou Ortiz, o tema da identidade nacional foi discutido por diferentes autores do pensamento social brasileiro, dentre os quais:

Sérgio Buarque de Holanda buscou as raízes do brasileiro na ‘cordialidade’, Paulo Prado na ‘tristeza’, Cassiano Ricardo na ‘bondade’; outros escritores procuraram encontrar a brasilidade em eventos sociais como o carnaval ou ainda na índole malandra do ser nacional (ORTIZ, 1994, p. 137).

Por fim, é importante lembrar que N. Rodrigues era médico e que no Brasil somente a partir de 1930 as ciências sociais se configurariam como disciplinas institucionalizadas.¹⁰ Até então, a medicina sobrepunha as outras formas de pensamento. Segundo Lília Schwarcz, a produção científica médica brasileira era dividida entre Rio de Janeiro e Bahia. No Rio de Janeiro, a ênfase recaía sobre as doenças infecto-contagiosas (febre amarela, cólera, sífilis, malária, etc.) e na Bahia (onde N. Rodrigues trabalhava), os médicos concentravam-se na questão racial e nas consequências do Brasil ser um país mestiço. Dentro desta tendência, o negro passou a ser problema científico tratado pelas teorias do evolucionismo e da teoria da degenerescência.

“RAÇA” E CONTROLE SOCIAL

N. Rodrigues propôs responder ao seguinte paradoxo: como legislar uma igualdade formal, cientificamente desmentida? Como estabelecer determinada homogeneidade como regra geral, se a ciência demonstrava que as raças se encontravam em graus diferentes de evolução?

Segundo N. Rodrigues, as três raças fundamentais na formação do *povo brasileiro* (indígena, branca, negra) transmitiram “aos produtos de seu cruzamento caracteres patológicos diferenciais de valor” (RODRIGUES, 1939, p. 203). A correta diferenciação das raças seria fundamental para a prática médica, tanto com relação às doenças mentais como físicas. A

¹⁰ Até os anos 30 “não existe a formação acadêmica de etnólogo no Brasil. Os estudiosos brasileiros que dão contribuições nessa área são médicos, juristas, engenheiros, militares ou de outras profissões. Mesmo os etnólogos que vêm do exterior são formados em centros de pesquisa de criação recente, pois a Antropologia era então ramo novo das ciências, mesmo na Europa. Alguns deles são também de outras áreas acadêmicas e que, tendo-se interessado pela Etnologia, procuraram aperfeiçoar-se nos centros que a cultivavam”. Cf. MELATTI, Julio Cezar. *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1990. p. 123-211.

superioridade branca em relação ao indígena e ao negro era indiscutível.¹¹ De fundo, a questão que se tratava era também a da *civilização* ou, pelo menos, o que se entendia por esse termo nas primeiras décadas do século XX. Segundo a concepção desse período, dos índios, mas fundamentalmente dos negros, o *povo brasileiro* herdara:

um conjunto de idéias disparatadas próprias às ‘primeiras fases do espírito humano’. [...] o ‘espiritismo’ florescia em meios e ambientes nos quais reinavam formas ‘atrasadas’, ‘involuídas’, ‘primitivas’ de pensamento, em populações cujas ‘crenças’ e ‘hábitos’ se situavam no limiar entre a ignorância e a patologia [...]. Isso nos coloca novamente diante do problema da ‘civilização’, da sua restrição a alguns poucos ‘bolsões de racionalidade’ e da necessidade ou possibilidade de seu avanço sobre a maioria da população. E seria fácil demonstrar como esse problema tinha, na verdade, adquirido uma repercussão muito mais geral e constava da agenda de discussões entre a intelectualidade brasileira desde pelo menos as últimas décadas do século XIX (Schwarcz, 1993; Borges, 1993). Tratava-se de um tema para o qual convergiam, por exemplo, as preocupações de um cientista como N. Rodrigues, de um literato como Euclides da Cunha e de vários escritores naturalistas do final do século. Uma das questões que mais os incomodava dizia respeito exatamente à viabilidade do Brasil como nação, problemática especialmente em virtude da coexistência de múltiplos grupos raciais (GIUMBELLI, 1997, p. 70).

Desta forma, a miscigenação entre raças em diferentes estágios de evolução resultaria em indivíduos desequilibrados, híbridos fisicamente, degenerados intelectualmente e com desvios comportamentais. A imagem da miscigenação constituía o ponto inicial para o entendimento da situação sócio-política do país. N. Rodrigues entre outros colocava-se a esse respeito com a certeza de que a condição de mistura seria funesta para o progresso da nação. Segundo a concepção de N. Rodrigues, expressa no livro *As coletividades anormais*, a fraca influência civilizadora branca poderia futuramente recobrir as populações mestiças e negras. No entanto, em certas condições sociais, o lado bárbaro destes selvagens poderia eclodir.

É importante lembrar que N. Rodrigues também considerava os negros em diferentes níveis. Para ele, os nagôs eram os mais evoluídos dentre os grupos negros. Segundo ele, “Os negros Nagôs possuem uma verdadeira mythologia, já bem complexa (...) a concepção mais elevada, aquela em que mais alta se revela a sua capacidade de abstração religiosa, é a divinização do firmamento ou abobada celeste” (RODRIGUES, 1982, p. 323). Os Jejes

¹¹ A respeito do *mito das três raças*, as quais teriam fornecido traços físicos e elementos culturais para a formação de um tipo brasileiro, ver a discussão de Da Matta, autor que resume a discussão e problematiza o tema: DA MATTA, Roberto. Digressão. A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Vozes 1984.

também contavam com alto grau de evolução. Os bantos e angolas, no entanto, eram os menos evoluídos. Segundo N. Rodrigues, para a Bahia foram transplantados, na época da escravidão, os negros mais adiantados. Com esta atribuição aos Nagôs, N. Rodrigues abriu caminho para os antropólogos que o seguiram. Nesta afirmação, percebe-se clara distinção entre os negros da Bahia e do restante do Brasil – no sul, p.ex., sudanês (cf. DANTAS, 1982, p. 133).

Assim, para a escola baiana protagonizada por N. Rodrigues, a nação e a nacionalidade não eram pensadas em termos de cultura ou história, mas raciais. As doenças eram fruto da fraqueza biológica do mestiço.¹² É curioso observar que a *Gazeta Médica da Bahia* demonstra várias estatísticas, relatos médicos e fotos para comprovar esta tese. N. Rodrigues negou a teoria de que a mestiçagem representou a forma de adaptação do branco aos trópicos. Para ele, a influência do negro na constituição da *raça* no Brasil, “há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (RODRIGUES, 1982, p. 28). N. Rodrigues também foi contra a idéia de que a miscigenação era algo positivo, pois levaria o Brasil a se tornar um país branco.

Os principais defensores destas idéias estavam ligados à escola de direito de Recife. A teoria do braqueamento da população brasileira surgiu como resposta à questão de como se pensar a questão nacional a partir das teorias raciais importadas da Europa. O branqueamento partia do princípio de que a *raça* negra tenderia a diminuir com o passar do tempo. Progressivamente, a *raça* branca, por ser superior, tenderia a crescer em detrimento do negro, possibilitando ao Brasil tornar-se grande nação. Deste ponto de vista, a miscigenação era algo positivo. Representava um avanço em direção ao branqueamento. Skidmore, em sua obra *Preto no branco*, citou o exemplo de João Batista Lacerda, defensor desta teoria:

Contrariamente à opinião de muitos escritos, o cruzamento do preto com o branco não produz geralmente progênie de qualidade intelectual inferior; se esses mestiços não são capazes de competir em outras qualidades com as raças mais fortes de origem ariana, se não têm insistido tão pronunciado de civilização quanto elas, é

¹² Quanto à categoria mestiço/mestiçagem, entendida segundo os termos dos acadêmicos do início do século XX tais termos nos remetem a certo tipo de classificação dos atores que compunham o campo social. O mestiço equivaleria ao intermediário ou ao ambíguo, isto é, aquele que se coloca entre um e outro, entre branco e negro e, portanto, ameaçaria uma ordem pressuposta que orienta o sistema de classificação sócio-cultural. Segundo essa perspectiva, o mestiço configurava espécie de perigo porque enegrecia a *raça branca* ou, do outro lado, embranquecia a *raça negra*. Em outras palavras, era sempre ameaça posto que não se enquadrava em nenhum esquema de classificação.

certo, no entanto, que não podemos pôr os méis ao nível das raças realmente inferiores (1976, p. 82).

Outro pensador que defendia esta teoria era Martim Francisco de Andrade que afirmou, “Em São Paulo, por exemplo, graças ao clima e a uma série de fatores antropológicos, o sangue do negro desaparece na quinta geração” (ANDRADE, 1929, p. 12).

Sílvo Romero (1888-1949), o mais conhecido representante desta tendência, discordava de Martim de Andrade. Segundo ele, “O nosso representante chegara a conclusões verdadeiramente otimistas e, ainda assim, não escapou à sanha da patriotada aristocratizada (...) europeizada (...) do momento. Uma comédia” (ROMERO, 1969, p. XXIII ss.). Diante de previsões otimistas, em sua obra *História da literatura brasileira*, estimou que o branqueamento levaria de três a quatro séculos para se concretizar e não cem anos como pensava Martim de Andrade.

Em resumo:

esse intelectual elegia o mestiço como o produto final de uma raça em formação. Utilizando de forma pouca ortodoxa as máximas poligenistas da época, Romero encontrava na mestiçagem o resultado da luta pela sobrevivência das espécies, como estabeleciam as teorias deterministas da época. Porém, paradoxalmente, ao invés de condenar a hibridação racial, seguindo os modelos evolucionistas sociais, esse autor encontrava nela a futura ‘viabilidade nacional’ (SCHWARZ, 1995, p. 154).

No bojo da teoria do embraquecimento se concebeu a fundamentação ideológica da imigração. No entanto, apesar de apostar na miscigenação, Silvio Romero não apresentou visão muito otimista do Brasil para o qual o “servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe, sem qualidades fecundas e originais” (1949, p. 43).¹³

¹³ Essa concepção imbuída pela idéia de que negros constituíam uma raça inferior que marcaria negativamente a formação do *povo brasileiro* também pode ser identificada na literatura, como é o caso do romance *Canaã*, do escritor Graça Aranha (1890, publicado em 1902) em que a personagem Lentz, um alemão com idéias arianas, declarava: “Não vejo probabilidade da raça negra atingir a civilização dos brancos [...]. Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma nova raça sobre que se possa desenvolver a civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro. O problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como os mulatos, por europeus”.

Silvio Romero concebeu o mestiço de forma ambígua. Numa de suas obras, afirmou: “o mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É uma forma de transição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior” (1954, p. 19-20). Em certo sentido, Romero concebeu o mestiço como mal necessário. Um fator fundante para constituição da identidade nacional, estágio imprescindível para que o Brasil chegasse a se configurar como nação superior.¹⁴

Como observamos, N. Rodrigues discordou completamente da teoria do branqueamento. Ele não acreditava que a miscigenação seria o caminho para tornar o Brasil país evoluído e afirmou:

Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Sílvio Romero. Não acredito na futura extinção do mestiço luso-africano a todo o território do país; considero pouco provável que a raça branca consiga predominar o seu tipo em toda a população brasileira”. (1982, p. 126)

N. Rodrigues propôs que talvez a teoria do branqueamento fosse realizável no sul do país. No entanto, a zona mais tropical ainda iria permanecer mestiça. Isto o levava a temer que acontecesse no Brasil uma divisão racial entre o sul branco e o norte mestiço (cf. 1982, p. 29-30). Em seus textos, defendeu que deveria haver estabelecimento claro de distinção entre as raças e a condenação da mestiçagem. Se para Silvio Romero o nosso maior mal era a cópia, para N. Rodrigues era a mestiçagem.

Destarte, nota-se que duas distinções da biologia regeriam os conceitos de N. Rodrigues e de Silvio Romero. Como já demonstrado, neste período havia duas interpretações mais destacadas sobre as origens das raças. Os monogenistas (derivados de Darwin) entendiam que as raças eram originárias de um ser comum. Por outro lado, os poligenistas sustentavam que as raças tinham origens diferentes e que não haveria como superar as diferenças entre elas. Assim, as diferenças raciais entre os seres humanos eram transitórias e poderiam ser superadas. Neste sentido, Silvio Romero propunha o branqueamento da população brasileira. N. Rodrigues, diferentemente, se afinou com a última teoria.

¹⁴ Aqui presente a noção de evolução, de que a partir de estágios mais simples até os mais complexos, os indivíduos atingiriam uma condição desenvolvida que resultaria no progresso da humanidade.

N. Rodrigues pretendia, a partir da ciência, dar orientações para práticas de controle social. Ao estudar as religiões afro-brasileiras, o médico-legista queria confirmar sua tese de inferioridade do negro e do mestiço. Devido à sua diversidade racial, o Brasil se configurava como laboratório para comprovação das teorias raciais e para a antropologia criminal italiana (cf. SCHWARZ, 1995, p. 211). N. Rodrigues compartilhava desta opinião.

A percepção do Brasil como laboratório é clara em Louis Agassiz. Este importante teórico do período fez uma viagem pelo Brasil e já na Europa escreveu:

Que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por malentendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separaram – venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama de raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (AGASSIZ, s/d, 517).

Também Silvio Romero apontava algo neste sentido. No entanto, neste pensador, a caracterização do Brasil como laboratório da ciência se amplia, mostrando que no Brasil temos a confluência de várias raças em seus ambientes específicos.

É uma vergonha para ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas. Quando vemos homens como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África, somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido neste sentido! [...] O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência. (1954, p. 99)

Dois aspectos se destacam nessa passagem. Romero apontou a possibilidade de se estudar o negro a partir de sua língua e de suas manifestações religiosas. Em segundo lugar, associou claramente o estudo do negro e a possibilidade de construção de uma ciência nacional. Analisando os estudos de N. Rodrigues, importante observar que estes dois aspectos estão presentes em sua metodologia para compreensão do negro. Ele privilegiou o estudo das religiões e, em menor escala, a língua e a origem étnica de cada grupo na direção da construção da ciência brasileira, visto que ela teria o objeto de estudo à mão. O imenso laboratório que o *espetáculo das raças* brasileiro proporcionava poderia inserir a ciência brasileira no debate científico internacional da época.

Os reflexos destas idéias apareceriam, ainda, na obra de N. Rodrigues em afirmações como: “Em matéria de conversão das raças inferiores às crenças religiosas das raças superiores, o negro baiano não podia fazer exceção à regra geral”; ou o negro era “produto de marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade” (1935, p. 5). No capítulo em que examinou a conversão do negro ao catolicismo, defendeu que os mestiços tinham mais facilidade em absorver o cristianismo do que os negros, uma vez que estavam mais próximos do modelo idealizado e, portanto, tinham maior capacidade mental para entender a *complexa* fé católica (cf. RODRIGUES, 1935, p. 167).

Assim, diante desta marcha desigual, como organizar a justiça? Como aplicar as penalidades e responsabilidades criminais?

Partindo da suposição de que as raças estavam em diferentes estágios, N. Rodrigues criticou a o tratamento igualitário que a lei concedia a negros e brancos. Segundo N. Rodrigues, as diferenças na evolução das raças explicariam os crimes cometidos pela população negra e mestiça. “A persistência das idéias do Talião explica um grande número de crimes da nossa população negra e mestiça” (RODRIGUES, 1939, p. 407). Neste estágio de evolução da jurisprudência, o criminoso somente é punido quando comete algum crime contra pessoas que pertencem ao seu clã (ou grupo). Além do mais, a pena sofrida é a perda da parte do corpo envolvido no crime. Se é roubo, por exemplo, o criminoso perde a mão.

Para comprovar suas idéias, N. Rodrigues analisou o caso do bandoleiro Lucas, já citado acima. Ao analisar este caso, chamou a atenção de N. Rodrigues o fato de Lucas não atacar os senhores com os quais possuía negócios. Nem mesmo depois de preso, denunciou seus amigos. Este fato colocava em xeque a tese de Lombroso, segundo a qual os criminosos, depois de presos, procuram culpar seus cúmplices a fim de serem liberados ou terem penas mais leves. Diante disto, como N. Rodrigues resolveu o impasse?

Segundo ele, no estágio em que se encontrava a jurisprudência negra, não se atacava os que pertencessem ao mesmo grupo. De acordo com N. Rodrigues, ele afirmou que atacava pessoas de fora da villa, por não conhecê-las (cf. RODRIGUES, 1939, p. 162). Desta forma, para esta jurisprudência somente seria considerado crime atos cometidos contra pessoas de dentro do grupo. Assim, N. Rodrigues concluiu: “Logo, Lucas é bem um criminoso para nós outros brasileiros que vivemos sob a civilização européa. Na Africa, elle teria sido, ao contrário, um valente guerreiro, um rei afamado” (1939, p. 162). Em resumo, para N.

Rodrigues o problema estaria na sobreposição de sistemas de penalidade. O negro, por estar num estágio inferior de evolução, ainda estaria preso às formas primitivas de penalidade. Por isso, a lei não poderia tratar de forma igualitária todos os cidadãos.

Num texto de 1906, a *Gazeta* reafirma essa noção fortemente presente no pensamento de N. Rodrigues

Não pode ser admissível a igualdade de direitos, sem que haja ao mesmo tempo, pelo menos, igualdade na evolução [...] no homem alguma coisa mais existe além do individuo. Individualmente sob certos aspectos, dois homens poderão ser considerados iguaes; jamais o serão porém se se attender às suas funções physiologicas. Fazer-se do individuo o principio e o fim da sociedade, conferir-lhe uma liberdade sem limitações, como sendo o verdadeiro espírito da democracia, é um exagero da demagogia, é uma aberração do principio da utilidade publica. A Revolução Franceza inscreveu na sua bandeira o lemma insinuante que proclamava as ideas ‘liberdade, egualdade e fraternidade’, as ideas de Voltaire, Rousseau e Diderot as quais ate hoje não se puderam conciliar (...). (GMB *apud* RODRIGUES, 1939, p. 212).

Para N. Rodrigues, a questão da criminalidade deveria se mover da individualidade para a coletividade. Neste sentido, a sociedade seria corpo social doente, no qual o médico teria a obrigação e a missão de intervir a fim de promover a saúde social. Além deste movimento, N. Rodrigues também concebeu a necessidade de analisar o criminoso e não o crime. Neste sentido, é clara a influência de Lombroso. Num artigo de 1897 da *Gazeta*, afirma-se:

O código penal está errado, vê crime e não criminoso. De ordem secundária é por sem duvida a natureza do delicto. Antes de tudo a identificação mental dos criminosos, pela inspecção medica-physica e physica e sua qualificação à especie que pertence é que interessa. A sciencia fechara os carceres abrindo a correção physiologica sob a tutela de medicos que cuidarão da cura physica dos transviados da sociedade. (GMB *apud* RODRIGUES, 1939, p. 212).

Num levantamento feito por Lilia Schwarz, metade dos artigos publicados pela *Gazeta* tratou de temas relacionados à antropologia criminal. No entanto, ela observa que em São Paulo e Rio de Janeiro estas teorias não contavam com muita receptividade. Nestes centros havia a preocupação com o combate às doenças:

Existia um claro repúdio às teorias deterministas raciais, que informavam ambos os domínios – a antropologia criminal e a medicina legal. A desconfiança com relação

a esses modelos representava nesse local um apego a outras tradições teóricas, uma aposta no liberalismo político e em uma interpretação que via com ceticismo explicações exclusivamente calcadas na raça (SCHWARZ, 1995, p. 180).

N. Rodrigues como um dos fundadores da medicina legal no Brasil ocupou-se em reivindicar para estas disciplinas a função de explicar cientificamente o comportamento humano e de ditar as regras para a avaliação de indivíduos cujas atitudes fossem consideradas mórbidas, decidir quanto à sua imputabilidade penal e, principalmente, sugerir meios preventivos para evitar a loucura e o crime. Concebeu a medicina como missão, como responsável por curar os males sociais, que tinham suas origens na constituição racial.

Assim, na tentativa de combater a loucura e o crime, N. Rodrigues se posicionou contra a perseguição policial movida aos candomblés (cf. DANTAS, 1982, p. 170). Igualmente, considerou ingênua a tentativa de “sufocar as crenças religiosas de uma raça com a mesma facilidade com que se dispersa um ajuntamento fortuito de curiosos” (RODRIGUES, 1935, p. 245). Para ele, os jejê-nagô não deveriam ser perseguidos, pois a constituição considerava crime a magia, ao passo que estes grupos possuíam culto organizado, diferenciando-os da magia e das outras manifestações afro-brasileiras.

Para N. Rodrigues, os candomblés não eram caso de polícia, mas de higiene mental. Era preciso levar em consideração as recentes descobertas da medicina e da ciência a fim de resolver este problema. Na concepção de N. Rodrigues, os transe eram responsáveis por distúrbios mentais que levariam os negros a cometerem crimes. Os transe constituíam espécie de histeria. Desta forma, a religião dos africanos era doentia (cf. SILVA, 1994, p. 55). O transe, as danças sensuais, a presença de bebidas alcoólicas, utilização de ervas, tudo isso era estranho à religiosidade da elite. Se bem que, segundo Vagner Silva (1994, p. 64), a elite discriminava esta religiosidade, mas não deixava de nutrir certo espanto e medo com relação a ela. No entanto, não era com a repressão policial que se resolveria este problema. Era preciso civilizar o negro. Para que tal tarefa fosse possível, era necessário conhecer a religião do negro e auxiliá-lo nesta tarefa.

Para comprovar sua tese, N. Rodrigues recolhe e publica em um de seus artigos inúmeras reportagens de jornais da época sobre a perseguição aos candomblés. Em um deles,

que citaremos adiante, é também possível identificar que a idéia de que as religiões africanas eram propícias à doença era comum no início do século XX.¹⁵

O Diario de Noticias, de 9 de Maio de 1905. Candomblés – Moça louca – A polícia em acção – Cercos e capturas – Uma procissão original. – O boato de que no candomblé enlouquecera uma rapariga de familia, á qual fôra propinada, como medicação, certa beberagem, celere chegou aos ouvidos do subcomissario do 1º districto de Santo Antonio, a cujos limites pertence a Estrada das Boiadas. A referida autoridade, no intuito de averiguar o facto, ante-hontem, pela manhã, acompanhada do escrivão Esmeraldo Sutel, inspector Amancio Bacellar e de forças de cavallaria e infatnaria de policia, para li se dirigiu, ponde cerco á roça em que funciona o nefando oraculo [...] pois na mesma violencia policial foi, de passagem, comprehendido um terriero não accusado de crime, como, após o acto de selvageria, nunca mais se preocupou a policia com a tal pessoa enlouquecida (RODRIGUES, 1982, p. 366-367).

Após citar longamente várias reportagens contando a perseguição policial aos terreiros de candomblé, N. Rodrigues afirmou que apesar de toda esta perseguição, os candomblés ainda resistiam. A questão das religiões exigia mais medidas do que a repressão policial. Ou melhor, este caminho, defendido pela imprensa e pelas autoridades, não era a melhor forma de lidar com este problema.

Na relação entre raça e controle social, a grande questão para N. Rodrigues era a falta de diálogo entre a ciência da época e as autoridades. Era preciso estar atento às novas descobertas para dessa forma legislar na complexa e heterogênea sociedade brasileira. Confirmando esta percepção de N. Rodrigues, Corrêa afirma que “quando se fala em ‘comunidade científica’ para o Brasil de inícios deste século, a estreita relação entre a ciência da época e os órgãos públicos de controle da população brasileira está sempre estranhamente ausente” (1998, p. 218).

Diante do exposto, pode-se concluir que a concepção racista que vigia nas décadas iniciais do século XX, herança recente das reflexões do século XIX a respeito do Estado brasileiro, a formação de um *povo brasileiro* e de uma *identidade nacional*, configurava um quadro de referências de base evolucionista, bem ao modo do pensamento europeu. A política

¹⁵ “parece evidente que se deva considerar o espiritismo uma ‘religião’ como qualquer outra. Há algum tempo, contudo, ele foi diagnosticado como uma doença e perseguido como um crime; e, antes mesmo disso, negado por ser uma heresia”. Cf. GIUMBELLI, Emerson. “Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais”. In: *Revista de Antropologia*, USP, 1997, 2 (40): p.35.

que se fazia nesse período era pautada em noções de raça e de níveis, entre elas as quais se fundamentavam na medicina, cujo conteúdo principal era a biologia e a anatomia humana, entendida como ciência autorizada a legislar sobre esses assuntos. Tais pressupostos científicos serviam como pano de fundo para justificar, manter e implementar desigualdades sociais.

Neste sentido, o conceito de raça, de acordo com o evolucionismo, funcionou como catalisador de um processo histórico. A implicação do uso desse conceito, margeado pela desqualificação biológica do negro e do mestiço interferiu na construção sócio-política da noção de cidadania de ambos que, desde então, emergiram como personagens atávicos, preguiçosos, de índole duvidosa e pouco produtores.

Há de se considerar, entretanto, que N. Rodrigues representou um importante marco nas pesquisas sobre religiões afro-brasileiras. Até este período, o que se tinha de documentação eram os relatórios policiais de prisão destes grupos, acusados de praticar feitiçaria ou os relatos de viajantes. N. Rodrigues dedicou-se à análise mais sistemática da religiosidade destes grupos. Conforme Vagner Silva, “pela primeira vez, é realizada, no Brasil, uma pesquisa de campo no âmbito dos cultos de origem africana, que levou em consideração a convivência cotidiana e a frequência às festas e aos rituais realizados pelos fiéis” (2002, p. 88).

A perspectiva negativa acerca do negro e do mestiço contribuiu para a elaboração de juízos estigmatizantes, os quais recaíram sobre esses personagens, legitimados por abordagens científicas, especialmente, as médicas. Assim, pode-se dizer que o paradigma biológico foi determinante para afirmar sobre negros e mestiços que representavam uma parcela inferior da sociedade, uma parcela que deveria ser *superada*. Se, de um lado, isso justificava a exploração da força de trabalho de negros e de mestiços (além da marginalização), de outro, autorizava que certo controle fosse exercido sobre esse grupo, inclusive exigindo penas severas. De ambos os lados, as categorias negro e mestiço foram construídas com base em estigmas que poderiam facilmente ser reconhecidos tanto em artigos científicos quanto em reportagens jornalísticas, visto que eram noções disseminadas e presentes na sociedade.

ANÁLISE DE DOCUMENTO

Escolhemos como documento de análise para lançar luz ao que foi dito, o artigo *O regicida Marcelino Bispo*. Deste ensaio, que tematiza a relação entre crime e loucura, foram escolhidos alguns trechos que ilustram a abordagem psicopatológica de N. Rodrigues. Para melhor compreensão do documento faz-se necessário breve exposição do contexto histórico.

Em 5 de novembro de 1897, o primeiro presidente civil da república brasileira, Prudente de Moraes (1894-1898), sofreu um atentado do qual saiu ileso. No entanto, o ministro da guerra, Marechal Machado Bittencourt, morreu ao tentar prender Marcelino Bispo de Melo. Marechal Bittencourt recebeu vários ferimentos deferidos de um punhal. Bispo de Melo foi preso e, dois meses depois, suicidou-se na cadeia. Instaurado o processo judicial, verificou-se o envolvimento de vários políticos importantes no incidente (cf. VIANNA, 1970, p. 227-238).

Quando Prudente de Moraes assumiu o poder, a situação política era turbulenta e economicamente instável, quadro político herdado do governo do Marechal Floriano Peixoto. Além disso, contava com a insatisfação de grupos militares. Diante deste contexto, Prudente empenhou-se na tentativa de conciliar grupos políticos historicamente antagônicos. Ainda que Floriano Peixoto, oficialmente, se opusesse a qualquer conspiração contra a ordem constitucional, muitos de seus admiradores, denominados florianistas, não pensavam assim, especialmente os militares mais jovens. Os florianistas, fortemente influenciados pela doutrina positivista, acreditavam que somente o poder militar poderia *purificar* as instituições e levar o país ao progresso. Segundo F. H. Cardoso (s/d), a morte recente de Floriano reforçou ainda mais o seu caráter mítico.

N. Rodrigues, em seu ensaio, não desconsidera estes aspectos sociais e políticos envolvidos no crime que se propôs a analisar. No entanto, pretendeu mostrar a veracidade e utilidade das teorias da antropologia criminal. Por isso, enfatizou a explicação psicopatológica em detrimento das causas político-sociais.

Neste artigo, Marcelino Bispo se configura como personagem principal da análise. Num segundo plano, aparece Deocleciano Martir, capitão do exército e editor do jornal florianista *O Jacobino*, também envolvido no crime. Em seu artigo, N. Rodrigues tentou demonstrar que o caso poderia ser explicado recorrendo-se à teoria da degenerescência, na vertente da antropologia criminal para explicar os perfis de Marcelino Bispo e de Deocleciano

Martir. É curioso notar que classificou o primeiro entre os *degenerados violentos*, subcategoria *regicidas* ou *magnicidas* e o segundo, entre os *degenerados superiores*.

Citamos, a seguir, trechos de *O regicida Marcelino Bispo (1899)* (RODRIGUES, 1939, p. 165-195).

A história da tentativa de assassinato do presidente da República, do crime de 5 de novembro, encarna, no executor uma mistura curiosa dos caracteres dos regicidas modernos e dos súcubos criminosos, ao passo que o criador ou urdidor do atentado reveste apenas a trama do sectário criminoso vulgar.

[...] estava elle admiravelmente talhado para se constituir prisioneiro moral do primeiro aventureiro, que delle quizesse fazer instrumento perigoso, explorando essas tendencias sentimentaes.

Nesta passagem, N. Rodrigues defende a idéia de que a criminalidade é inata e está ligada às tendências sentimentais animais, visto que o criminoso era mestiço.

Pelos **laços hereditários**, Bispo pertence também aos regicidas. É elle mestiço em sangue muito proximo dos indios brasileiros (...) Já desta circumstancia se pode induzir o grau de sua impulsividade hereditária. (...) si os pais do assassino eram honestos, pacificos e laboriosos, houve outros parentes do criminoso, caboclos perversos e assassinos e dentre estes um que há tempos assassinou o proprio irmao [...]. Aos regicidas pertence principalmente Marcelino Bispo por sua **natureza**, pois como todos os regicidas é evidentemente um degenerado.

No excerto acima fica evidenciada a influência da noção de raça do período, para explicar a atitude de Marcellino Bispo. Primeiramente, N. Rodrigues demonstrou que suas tendências à criminalidade estão ligadas à hereditariedade. Mesmo que possuísse pais pacíficos e honestos, o assassino possuía outros parentes que comprovavam a presença de instintos primitivos em sua natureza. A conclusão do excerto revela a classificação que N. Rodrigues concede a Marcellino Bispo. Ele é um degenerado, com laços raciais próximos aos índios, considerados selvagens por natureza.

Dos estigmas físicos pouco se sabe. Infelizmente Marcellino Bispo não foi submetido a exame de sanidade mental. (...) Ainda assim em fotografias e gravuras que vi, davam-lhe um grande desenvolvimento e saliência da mandíbula, um dos estygmias mais importantes da degeneração criminosa ou morbida.

Embora N. Rodrigues não tenha podido fazer todos os testes necessários para se chegar a uma conclusão mais acertada, visto que não pode submeter o assassino aos estudos

de craniometria, assim como fizera com Antônio Conselheiro, a partir de fotos, ele apontou o fato de que sua mandíbula ser saliente. Conforme observamos anteriormente, para Lombroso essa era uma das características de criminosos. A mandíbula saliente indicava criminalidade por se aproximar muito aos siameses, revelando mais uma vez a presença de instintos assassinos na natureza de Marcellino Bispo.

Por três caracteres accentuadíssimos se revela em Marcellino Bispo a degeneração psychica dos regicidas:

- a) Pelo **desequilíbrio ou desarmonia mental**, [...] a mais exagerada energia e firmeza de execução voluntaria se combina com a mais ingênua boa fé;
- b) Pela **instabilidade doentia** que o leva a não se fixar em parte alguma, adotando uma vida errante e mutadiça. [...] em satisfação, parece, aos instintos nômades de seus avós selvagens.
- c) Pelo **mysticismo exagerado**, a nota mais saliente do caráter de Marcellino Bispo e pedra angular da constituição mental dos regicidas. Por mysticismo cumpre entender aqui com Régis, não exclusivamente uma exageração dos sentimentos religiosos, mas uma tendencia, por assim dizer, a exaltar coisas da religião ou da politica, a nutrir dellas um espirito já doente, para faze-lo terminar em concepções e determinações verdadeiramente pathologicas [...]. Em torno desta exaltação mística pelo seu ídolo se desenrolou todo o drama.
- d) Finalmente, pertence Bispo aos regicidas pela **execução do atentado** [...]. Em pleno dia, às duas horas da tarde, numa praça de guerra, onde a multidão acclamava os vitoriosos que regressavam da luta, Marcellino Bispo, armado de garrucha e punhal, atira-se ao chefe da nação e, falhando a arma de fogo, prostra o marechal que o ia prender. (p.172-176. Grifos do texto original).

N. Rodrigues julga que apenas com relação à sua terminação, o suicídio, difere M. Bispo dos regicidas clássicos, que sustentariam até o fim, diante dos tribunais, a legitimidade de suas idéias, sem arrependimento e sem culpa. Importante notar que o autor relaciona na mesma chave *desarmonia mental, instabilidade doentia e misticismo exagerado*. Todas essas expressões fazem referência a comportamentos exagerados, isto é, em desacordo com o padrão de normalidade que se pressupunha salutar para o bom funcionamento da sociedade. Em especial, N. Rodrigues se refere ao apego de Marcellino às idéias florianistas, incluindo na categoria de misticismo, ideais políticos.

O artigo coleciona termos como mistura, criminoso, perigoso, degeneração, entre outros. Esses termos sugerem que entrementes N. Rodrigues também deixara-se nortear por uma concepção de sociedade em que a ambigüidade não tinha lugar. Se o padrão de perfeição

era o do homem branco, europeu e civilizado, tanto negro quanto mestiço não poderiam enquadrar-se satisfatoriamente no esquema classificatório: o primeiro porque não era branco e o segundo em razão de não ser sequer negro, mas uma degenerescência. A mistura, como bem demonstrou Mary Douglas (1976), era algo pouco aprazível num esquema de pensamento ocidental dado as antinomias: representava ameaça, isto é, perigo a ordem estabelecida. Neste sentido, a ameaça negra e ou mestiça colocava em risco o bom funcionamento da ordem social. Seja sob o espectro do crime ou da patologia, negros e mestiços no pensamento de N. Rodrigues aparecem como personagens híbridos, os quais deveriam ser controlados a fim de que não interferissem negativamente no quadro social. Uma concepção *racionalmente* construída que concedeu base à desqualificação dos indivíduos/agentes de etnia negra e que tem implicações negativas para a sua noção sócio-política de cidadania.

CONCLUSÃO

Como afirma João Cruz Costa em *Contribuição à história das idéias no Brasil* (1956): “Resumindo o que se disse, o que me impressionou quando tentei estudar a evolução e a filosofia no Brasil foi a longa e variada importação de idéias e doutrinas contraditórias que viemos fazendo no decorrer de nossa história” (1956, p. 413); e Skidmore: “o pensamento racial que gerava discussão aberta na Europa [...] chegava no Brasil via de regra sem nenhum espírito crítico [...] caudatários na sua cultura, imitativos no seu pensamento [...] os brasileiros de meados do século XIX, como tantos outros latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas européias” (1976, p. 13). As conclusões brasileiras acerca de raça eram devedoras das teorias importadas, principalmente, da Europa.

Conforme dissemos anteriormente, a *civilização*, a idéia de *povo* e de construção de um *Estado brasileiro* são temas que estão ao fundo na reflexão de N. Rodrigues. Os anos 1930-1940 foram pródigos na interpretação do Brasil, com teorias que discorriam em tom positivo acerca da gênese brasileira e outras que contrariamente julgavam a mistura das matrizes indígena, branca e negra negativa. Havia autores que reivindicavam ainda uma reflexão sobre sociedade e Estado brasileiros que partisse da nossa *realidade* e, portanto, que

não recorresse à imitação de teorias estrangeiras para explicar nossas peculiaridades políticas, econômicas e culturais.¹⁶

As idéias que pairavam no período em que N. Rodrigues pensou e escreveu formavam um complexo quadro de referências teóricas e metodológicas específico, que o autor reteve e empregou em sua própria elaboração sobre *raça*. Não se tratava, portanto, de simples importação de idéias, mas além do empréstimo havia um conjunto de preocupações do período que ocuparam a reflexão do autor. Importante notar que na época, a fala sobre inferioridade de negros em relação aos brancos era comum, isto é, o contexto histórico relativamente recente havia mobilizado o debate e a opinião pública para as questões relacionadas à libertação dos escravos, mas a concepção de que os tais eram tão cidadãos quanto brancos ainda era insipiente: “se o *status quo* é uma extensão da natureza, então qualquer mudança importante [...] destinada a impor às pessoas uma organização antinatural implicaria um elevado custo psicológico para os indivíduos e econômico para a sociedade” (GOULD, 1991, p. 5).

Uma vez que na Europa o ímpeto colonizador de expansão territorial era justificado pela inferioridade dos africanos tidos como membros de sociedades primitivas, os quais necessitavam ser cristianizados, essa mesma concepção pautava a noção de que o Brasil somente seria alçado ao concerto das nações civilizadas mediante o controle das raças, da miscigenação e de tudo que implicasse uma amálgama social e cultural.

Neste sentido, a antropologia criminal tinha relevante papel à medida que autorizava o tratamento judicial diferenciado para as várias camadas da população. O negro, o branco e o mestiço não poderiam ser tratados da mesma forma, contradizendo os princípios liberais. Para os chamados racistas ortodoxos, como no caso de N. Rodrigues, o repúdio às idéias de igualdade eram evidentes. A igualdade não passava de sonho. Assim, podemos entender que nos termos de N. Rodrigues, a sociedade era concebida como corpo doente, sob o qual o médico teria missão de dar diretrizes para conduzi-lo à sanidade. Uma metáfora que posteriormente seria atribuída ao funcionalismo, composta por imagens de organismo e de função, amparadas pela noção de evolução. Embora não fosse adepto da teoria do branqueamento, a relação entre etnia negra, condição de inferioridade e tendência à

¹⁶ Para Vianna, a realidade nacional tinha lições efetivas a ensinar: “o problema da democracia no Brasil tem sido mal posto, é porque tem sido posto a maneira inglesa, a maneira francesa, a maneira americana, mas, nunca, a maneira brasileira”. Cf. VIANNA, Oliveira. *O Idealismo na Constituição*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927. p.13.

criminalidade tinha como aspecto uma origem positiva: uma explicação causal da história e das suas conseqüências no movimento dos indivíduos na constituição da sociedade, que garantiria a ordem, a organização interna e a manutenção das relações.

Assim, a questão da raça e do controle social no pensamento de N. Rodrigues pode ser considerada tema que chama para si o status de centralidade. A concepção do autor a respeito das raças é imbuída do evolucionismo e implica numa noção estigmatizante para negros e mestiços, os quais são considerados inferiores e, portanto, não merecedores do direito de igualdade. Isto significa, ainda, uma construção deficitária da noção de cidadania, uma vez que subtrai tanto de negros quanto de mestiços, o caráter de agentes sócio-políticos e não apenas de promotores de cultura, fornecedores de símbolos nacionais. Em outros termos, a desqualificação biológica de negros e de mestiços serviu à construção da noção de cidadania que lhes subtrai o caráter sócio-político do termo, relegando-os à margem da sociedade e à discriminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Martim Franciso de. **Viajando**. São Paulo, 1929-1930. Vol. I. (2vol.)
- BALAKIAN, Ana. **O simbolismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- CÂNDIDO, Antônio. **O método crítico de Silvio Romero**. São Paulo: FFLCH, 1963.
- CARDOSO, F. H. “Dos governos militares a Prudente - Campos Sales”. In: HOLANDA, S. B. (org.). **História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano**. s/d.
- CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CRUZ COSTA, João. **Contribuição à História das idéias no Brasil**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. 25 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.
- DANTAS, Beatriz. **Vovó Nagô e Papai Branco. Usos e Abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976
- FRY, Peter. “Feijoada e soul food”. In: **Para inglês ver**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- _____. **O Fim da Religião: Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar/PRONEX, 2002.

GOBINEAU, Arthur de. **Essai sur l'inegalité des races humaines**. Paris: Gallimard, 1983.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEITE, José Roberto Teixeira. **Dicionário Crítico da Pintura no Brasil**. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.

LINS, Vera. **Gonzaga Duque. Crítica e utopia na virada do século**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinqüente**. São Paulo: Ícone, 2007.

MONTERO, Paula. "Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil". In: **Novos Estudos CEBRAP** 74, 2006: p. 47-65.

ODA, A.M.G.R. "N. Rodrigues e a loucura epidêmica de Canudos". In: **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.** III, 2, 2000, p.139-144.

PEIRANO, Mariza G. S. **The anthropology of anthropology: the brazilian case**. Department of Anthropology, Harvard University, Cambridge, Massachusetts, June, 1991. (Série Antropologia, 110)

RODRIGUES, N. **As coletividades anormais**. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

_____. **O Animismo Fetichista dos Negros Baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. **Os africanos no Brasil**. 6ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

ROMERO, Silvio & RIBEIRO, J. **Compendio de História da Literatura Brasileira**. São Paulo: Francisco Alves, 1909.

ROMERO, Silvio. **Contos populares do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1954.

_____. **História da Literatura Brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949.

_____. **Obra Filosófica**. (Introdução e seleção de Luís Washington Vita). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1969.

SCHWARZ, Lilia Katri Moritz. **Complexo de Zé Carioca. Notas sobre uma identidade mestiça e malandra**. Ensaio apresentado na ANPOCS, 1994.

_____. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. Das letras, 1995.

SCHWARZ, Roberto. "Nacional por subtração". In: SCHWARZ, Roberto. **Que horas são? Ensaio**. São Paulo: Cia das Letras, Pp.29-48.

SILVA, Vagner Gonçalves. "Construção e legitimação de um campo do saber acadêmico (1900-1960)." In: **Revista USP**. No.55, Novembro de 2002. P.83-111.

_____. **Candomblé e umbanda**. São Paulo: Ática, 1994.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

_____. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VIANNA, H. **História do Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

VÍTOR, N. **Obra crítica**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. Vol. III, 1979.